

Tendências mundiais no pós-pandemia e, quiçá, no pós-guerra

» FERNANDO DE MAGALHÃES FURLAN

Professor doutor do Uniceplac/DF e consultor ad hoc da Unctad, foi presidente do Cade e secretário-executivo do Mdic

Nos últimos dois anos, o mundo virou de cabeça pra baixo. Não bastassem os desafios da pandemia, agora, convivemos com a guerra na Ucrânia. Mas, antes de tudo isso, algumas tendências internacionais já vinham se desenhando. A partir do governo de Donald Trump, os Estados Unidos iniciaram um desmonte orquestrado do multilateralismo, investindo no bilateralismo, como fortalecimento de uma tendência nacionalista/protetionista/xenófoba, incluindo restrições à imigração, aos estudos e ao trabalho de estrangeiros.

Essa nova postura nacionalista dos EUA, a partir de Trump, também pode ser vista com a ascensão do Partido Conservador, de Boris Johnson, no Reino Unido, e o conseqüente Brexit (saída do Reino Unido da União Europeia). Na geopolítica mundial, ainda assistimos hoje a uma estratégia estadunidense de redução do espaço da China na arena global. Aí incluído o enfraquecimento do multilateralismo, em que a República Popular da China vem ganhando mais espaço e protagonismo.

Outra tática dos EUA tem sido opor a Rússia à China, lembrando que Putin detém mandato até 2036 e Xi Jinping até 2027, pelo menos. Contudo, nesse esforço, a guerra da Ucrânia trouxe efeitos imprevistos, com o alinhamento prudente da China à Rússia em relação ao conflito. Depois de resolvido a guerra na Ucrânia, há outras questões em aberto na geopolítica internacional e que afetam diretamente os interesses de Pequim, aí incluídos Taiwan e Hong Kong.

Por seu lado, vemos a China buscando fortalecer sua influência regional e global, por meio de iniciativas como a Nova Rota da Seda (Belt and Road Initiative — BRI), lançada em 2013 por Xi Jinping. Trata-se de um ambicioso projeto de integração eurasiática, centrado em infraestrutura de transporte, comunicação e energia, mas, também, com conotações mais amplas do ponto de vista geopolítico.

Pois bem, com a pandemia, um dos pilares da globalização, a livre circulação de pessoas e mercadorias foi fortemente afetada com a rápida propagação da doença, e, agora, com a guerra na Europa. A Organização Mundial do Comércio (OMC) calcula que o comércio internacional encolherá entre 13% e 30%, na fase pós-pandêmica. Com isso, temos assistido a uma mudança nos paradigmas das relações econômicas mundiais: a tendência atual é do regionalismo, em oposição ao globalismo. Ou seja, nos novos tempos de dificuldades no fornecimento de mercadorias e serviços, devem ser consolidadas cadeias locais e regionais de suprimento em detrimento de arranjos globais, sob pena de desabastecimento.

O desabastecimento no mercado brasileiro de fertilizantes agrícolas, tão importantes para a produtividade do nosso agronegócio, é a



ponta do iceberg dos riscos da falta de produtos trazidos pela guerra entre Rússia e Ucrânia, dois dos principais fornecedores mundiais do produto. Isso, sem falar em trigo, milho, petróleo e derivados entre outros.

É nesse contexto que precisamos estar atentos à nossa produção local, investirmos e reativarmos setores industriais que haviam encerrado atividades em razão da agressiva e, muitas vezes, desleal concorrência de produtos importados. Precisamos, portanto, ter autossuficiência não somente em petróleo, mas em outros produtos também estratégicos, como vacinas, alimentos, energia.

É necessário ainda ter consciência de que a manutenção do setor produtivo no país, ou seja, a capacidade de o Brasil manter um setor industrial diversificado, rentável e competitivo, passa pelo combate às práticas desleais de

comércio internacional. De que adianta pagar menos agora comprando produtos importados com preços artificialmente baixos se, em pouco tempo, poderá não mais haver produto local para comprar? Isso porque a indústria brasileira poderá já ter desaparecido, incapaz de competir com importados superbaratos.

O mesmo se diga em relação aos investimentos necessários ao país. Quem vai correr riscos e investir na produção nacional se não houver mais espaço para o produto doméstico? Pois o desaparecimento do setor produtivo industrial de um país tem também como consequência a drástica redução dos empregos.

O Brasil é um país com um mercado interno valioso e um potencial de exploração econômica vastíssimo. Ainda temos um parque industrial bastante diversificado, mas que exige novos investimentos e modernização.

Visto, lido e ouvido

Desde 1960

Circe Cunha (interina) // circecunha.df@dabr.com.br

Ventos de outubro

Com ou sem eleições, o fato é que, dentre as lideranças políticas deste país, incluídos nesse rol todos os candidatos que aí estão se apresentando para o pleito de outubro deste ano, não parecem reunir condições ou capacidade de deter o quadro de decadência institucional do Estado brasileiro.

Os eleitores que, em tese, deveriam caber a capacidade de mudar os rumos do país, seguem indiferentes, como bois rumo ao matadouro. Não se iludam, as eleições nada mudarão no dia a dia dos brasileiros. A inflação continuará aumentando e a corrupção dentro da máquina do Estado e que está na raiz de todos os nossos problemas permanecerá da mesma forma ou talvez com mais intensidade. Também a indiferença dos políticos e dos altos escalões da República, com todos os seus privilégios e mordomias e toda a sua capacidade de manterem-se imunes às leis, continuará ou, quem sabe, ganhará ainda mais fôlego.

As injustiças sociais e a concentração de renda, que faz de nosso país o campeão mundial das desigualdades, permanecerão as mesmas ou talvez até cresçam ainda mais, aumentando o fosso entre ricos e pobres. Da mesma forma continuarão os programas ditos sociais, que escondem, em seu interior, mecanismos viciados de perpetuação do voto de cabresto. Programas formulados à custa dos pagadores de impostos apenas para dar projeção aos anseios pessoais de políticos sem escrúpulos e sem projetos para o país.

Esses e outros programas, desenhados de última hora, e sob a pressão das eleições, permanecerão intactos, justamente porque impossibilitam que largas parcelas da população encontrem meios de tomarem posse de seus destinos, libertando-se, de vez, do jugo populista. Do mesmo modo ficarão os aumentos cíclicos dos fundos bilionários eleitoral e partidário, assim como as emendas secretas e todo um conjunto de benefícios vetados aos cidadãos comuns.

O que haverá de fato nessa dança das cadeiras são mudanças cosméticas, em que os donos das legendas milionárias e seus caciques, todos eles amasiados na mais rendosa e segura empresa que existe, designarão aqueles que irão para esse ou aquele posto, para que tudo permaneça como está.

Também ficarão os modelos perversos de reeleição, assim como a possibilidade de parlamentares elegerem para uma função e abrir mão dela em troca de um outro cargo mais vantajoso, jogando fora os votos recebidos. Ficará ainda onde está a malandragem dos suplentes a deputados e senadores, cabendo nessa função até mesmo o pai ou a mãe. Os campeões de emendas secretas permanecerão onde estão.

A impunidade para os poderosos, amigos, parentes e agregados, incluindo nessa lista até as amantes, permanecerá a mesma. Só poderosos ganharão na Justiça causas contra o Estado. O mesmo vale para a impossibilidade de prisão em segunda instância, tudo igual.

É isso ou aquilo, numa mistura eterna e mal cheirosa entre passado e presente e onde o futuro é sempre adiado. Marchamos para as urnas como condenados marcham em direção ao laço da forca, que balança com os ventos de outubro.

» A frase que foi pronunciada

“Se a lei defender a propriedade, muito mais deve defender a liberdade pessoal dos homens, que não podem ser propriedade de ninguém.”

José Bonifácio de Andrada e Silva

Direitos Humanos

» O capixaba Jean Carlos Gomes Gonçalves projetou uma gaiola atendendo a ideia do vereador petista Adriano Pereira, que fez um projeto prevendo que todos os caminhões de coleta de lixo tenham grades e assentos para os profissionais, proibindo que fiquem pendurados sem segurança no trânsito. A experiência foi testada no Rio de Janeiro.

Força-tarefa

» Agaciel Maia lembra os colegas que a Câmara Legislativa recebe projeto da LDO para 2023 com previsão de 14 mil nomeações. Concursados serão chamados para preencher vagas desde a Secretaria de Educação até a Secretaria de Saúde e de Segurança Pública.

» História de Brasília

Quem leu ontem a Tribuna da Imprensa, estranhou, certamente, a alteração na orientação do jornal. (Publicada em 01.03.1962)

Acredite nas crianças: escute, observe e denuncie

» CHARLES BICCA

Presidente da Comissão de Defesa dos Direitos da Criança Adolescente e Juventude da OAB/DF

O dia 18 de maio, instituído pela Lei 9.970/2000, é o Dia Nacional de Combate ao Abuso e a Exploração Sexual de Crianças e Adolescentes, no qual informamos e mobilizamos toda a sociedade para a luta e proteção de nossas crianças e adolescentes. A data escolhida lembra o trágico dia 18 de maio de 1973, quando a menina Araceli, de apenas 8 anos de idade, foi sequestrada, violentada e morta em Vitória (ES). Infelizmente, o seu corpo foi encontrado carbonizado seis dias depois, e seus agressores, jovens de classe média alta, jamais foram punidos.

Nos últimos anos, com as necessárias medidas de isolamento social, não houve um cenário pior para a ocorrência desses crimes, pois dados do Disque 100 demonstram que 80% dos casos de abuso e exploração sexual de crianças e adolescentes são praticados por pais, parentes ou outras pessoas próximas das vítimas e, quase sempre, cometidos no ambiente doméstico. Ou seja, tivemos a vítima e o agressor juntos por um longo período de tempo.

Desde o início da pandemia, com o aumento do desemprego, da fome e da pobreza foi possível notar um cenário de pânico e apreensão social, refletindo no aumento da criminalidade e no número de crianças e adolescentes levados à situação de exploração sexual, em busca de dinheiro, sendo que mais de 70% desses casos não são denunciados. Naquele contexto, o fechamento das escolas agravou ainda mais a situação, pois, muitas vezes,

costumam ser um importante local de identificação de casos de violência contra crianças e adolescentes, visto que ali permanecem praticamente a metade do dia.

Vale ainda lembrar que o Anuário Brasileiro de Segurança Pública tem dados assustadores, como o fato de uma menina de até 13 anos ser estuprada a cada 15 minutos no Brasil e que somente de janeiro a abril deste ano foram feitas 4.486 denúncias de violência sexual contra crianças e adolescentes por meio do Disque 100. É importante salientar que essa é uma data de mobilização nacional, mas precisamos destacar a necessidade diária de uma especial atenção à violência praticada contra crianças e adolescentes e, a qualquer sinal, é nosso dever denunciar. Ou seja, o 18 de Maio deve ser todo dia.

Diante dessa triste realidade, e nessa especial data de mobilização e enfrentamento, que a Seccional do Distrito Federal da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB/DF) retoma a campanha realizada no ano passado “Acredite nas Crianças — Escute, Observe e Denuncie” com a divulgação de material informativo, vídeos, visita a escolas e distribuição de uma cartilha com informações, dicas, legislação e canais de denúncia contra o abuso e a exploração sexual de crianças e adolescentes, que também pode ser baixada no nosso site www.oabdf.org.br.

A escolha do nome para a campanha se deve ao fato de que existem pesquisas que demonstram que quase 100% dos relatos de

abuso sexual infantil são verdadeiros e, na maioria dos outros casos, o relato das crianças foi induzido por algum adulto. A criança pode até esconder, mas não costuma inventar histórias de abuso sexual.

Em grande parte dos casos, as crianças não relatam o ocorrido, por medo, vergonha ou até para não se sentirem culpadas pelo desfazimento da família ou a prisão do agressor. Estima-se que apenas 10% dos casos de abuso sexual são denunciados. Entretanto, tais crimes podem ser identificados por intermédio de uma flagrante mudança de comportamento da criança abusada. Observe os sinais. Lembre-se de que a culpa é sempre do criminoso e nunca da vítima. Não faça como ele, pois uma reação de desconfiança diante do abuso pode agravar ainda mais o trauma.

A maior parte dos abusos ocorre atrás de portas fechadas e sem testemunha alguma. E, assim, quando o adulto deixa de acreditar na criança, está reforçando o poder do abusador sobre ela e deixando o criminoso cada vez mais livre para agir e fazer novas vítimas na sociedade.

Convidamos todos a participarem dessa campanha, pois não somente o poder público, mas toda a sociedade deve participar efetivamente da proteção de nossas crianças e adolescentes. O silêncio tem sido o principal aliado dos predadores sexuais e, por seu lado, a informação, o diálogo e a denúncia serão sempre as nossas maiores armas. Acredite nas crianças: escute, observe e denuncie.